

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

**ESTUDO DE CASO: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PRÁTICA:
UMA PROPOSTA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SIMÃO JATENE PARA
ALUNOS COM TEA.**

AUTOR: RONIVALDO RIBEIRO MORAES

A garantia do acesso e a qualidade da educação direcionada às crianças e adolescentes com necessidades especiais tem sido garantido diante de dispositivos legais que concomitante com políticas públicas vão se expandindo ao longo dos anos. Porém, ainda é fato dizer que eventuais ações ainda encontram desafios no processo de implementação de muitas escolas brasileiras. Apesar de tais desafios é importante dizer que nunca foi tão importante pensar nas crianças com necessidades educacionais especiais uma vez que, o prejuízo social que elas enfrentam são inúmeros desde o processo de interação social até o cognitivo.

Segundo Brasil (2011) justifica-se nos seguintes capítulos “VI - A adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; e a VII – a oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino”. Tais ações contemplam a obrigatoriedade do estado em ofertar a garantia de acesso desses alunos bem como, medidas e estratégias de ensino que contemplem as especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão.

Assim, nos propomos a investigar neste estudo: Como tem sido a implementação de uma política de inclusão de alunos com TEA procurando compreender a inclusão na prática e os desafios enfrentados no processo de aprendizagem da escola de periferia de ensino médio Simão Janete Cametá/Pa?

Para tal, este estudo pretendeu como objetivo geral: Identificar e Analisar como tem sido a implementação de uma política de inclusão de alunos com TEA procurando compreender a inclusão na prática e os desafios enfrentados no processo de aprendizagem da escola de periferia de ensino médio Simão Janete Cametá/Pa?

Buscando de forma mais específica: 1. Identificar e Analisar os documentos oficiais da política de inclusão no Brasil, no que diz respeito, a implementação dessa política governamental e sua eficácia para alunos com TEA; 2. Identificar se de fato a política de inclusão, instituída, na EEEM Simão Janete atende aos interesses e necessidades educacionais reais dos alunos com TEA, considerando o nível. 1 do TEA desses alunos e 3. Identificar os desafios enfrentados no processo de aprendizagem da escola de periferia de ensino médio Simão Janete Cametá/Pa que possam estar potencializando/inviabilizando a eficácia da implementação dessa política ao receberem esses alunos.

Desse modo, procurou-se uma metodologia de pesquisa que mais pudesse trazer a confiabilidade do estudo. Assim, a pesquisa foi de caráter exploratório que segundo Gil (2002, p.41) “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico de documentos e entrevistas”. Nesse aspecto, pretende-se realizar entrevistas do tipo semiestruturada com os seguintes sujeitos: Secretaria Estadual de educação, Coordenação da Diretoria Regional de Ensino (DRE- Cametá /pa), Coordenação de Ensino Inclusiva, Coordenador Pedagógico escolar, Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Professores de turmas regulares de alunos com TEA e Alunos com TEA. Buscando compreender a realidade e especificidades local Cametá /Pa bem como, da própria escola em estudo. Também, a análise documental de documentos oficiais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Plano Nacional de Educação (2024 a 2034), Projeto Político Pedagógico da instituição etc.

Assim sendo, o presente trabalho apresenta a abordagem qualitativa que de acordo com Creswell (2007, p. 186) “o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”. Além disso, o autor expõe que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, isto é, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Para o tratamento de dados foi feita a utilização da “análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais [...] pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados-a inferência e a interpretação”. (BARDIN, 2011, p.182).

Assim, ao problematizarmos o estudo conversamos com Menezes (2021) a respeito da Declaração de Salamanca que apresenta as diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com a inclusão social pois, conforme a declaração, o conceito de necessidades educacionais especiais não está relacionado apenas a questões motoras e cognitivas, mas engloba crianças que não conseguem se beneficiar com a escola tradicional/padronizada por qualquer motivo.

Bosa (2021) trás uma reflexão sobre diferentes abordagens sobre a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentando sua definição ao dizer que são crianças que apresentam inadaptação para se relacionar com os outros, um atraso na aquisição da linguagem ou uma incapacidade no uso da comunicação, também estereótipos gestuais e a necessidade de manter imutável seu ambiente material.

Também, conversamos com Brasil (2011), Brasil (2015), JUSBRASIL (2020) Mello (2001) trazendo um guia prático sobre o autismo, Baptista (2002) trazendo reflexões sobre autismo e educação e outros autores que dessem base teórica para o estudo realizado dialogando com os sujeitos da pesquisa e a realidade pesquisada.

Assim, em uma análise inicial para esse estudo pudemos inferir que a EEEM Simão Jatene no município de Cametá ao se propor receber 10 alunos com o Transtorno do Espectro Autista teve iniciativa na implementação de uma política de inclusão escolar, apesar de encontrar muitos desafios no processo em que veio superando dia a dia.

Inicialmente realizou uma força tarefa junto ao corpo docente, administrativo e a comunidade local a fim de estabelecer dentro do projeto político pedagógico da escola um programa de inclusão que perpassou por encontros, reuniões e sistematização de estudos sobre as políticas de inclusão escolar que vem acontecendo no Brasil e o autismo em evidência.

Também, foi preciso reorganizar as turmas procurando sempre atender ao Sistema estadual de Ensino ao dispor os alunos com TEA para que não houvesse super lotação nas mesmas.

O próximo passo foi no processo de lotação escolar a garantia junto a Diretoria Regional de Ensino (DRE) de um professor auxiliar de turma para dar apoio aos professores das áreas específicas, garantida pela Legislação da pessoa com deficiência. Esse foi um dos grandes desafios, se entender que este aluno necessita sim de um auxiliar que o acompanhe diretamente nas aulas.

Logo, seria necessário a contratação de profissionais especializados a acompanhar estes alunos. Em que a escola teve nesse primeiro momento sendo atendida com apenas 4 profissionais.

O próximo passo também, junto a DRE foi garantir uma equipe especializada para esses alunos em que necessitam de terapias, acompanhamento fonoaudiólogo, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais etc.

Até o momento não houve um acordo entre o município e o estado a esse respeito para que os alunos fossem atendidos na CASA AZUL (espaço dedicado ao atendimento de alunos autistas da rede municipal) que apresenta inclusive uma demanda imensa em sua própria rede.

No que se refere ao aspecto de aprendizagem, apesar de todos os desafios acima citados, os estudantes vem conseguindo acompanhar as aulas normalmente, pois como não há um comprometimento cognitivo expressivo, os alunos demonstram autas habilidades na aprendizagem escolar. Também, se relacionam satisfatoriamente com os demais colegas que entendem a importância de seu apoio a esses jovens.

Mas, o mais importante é que eles sentem-se acolhidos por todos da escola e seguros. Assim, conseguem se relacionar, interagir nas ações coletivas escolares, aprender e compartilhar experiências, sentindo-se capazes de participarem de tudo.

Logo, a escola apesar de estar localizada em uma área periférica de uma grande cidade mas, conta com diversos apoiadores e busca inúmeras parcerias, em que da oportunidade a todos os seus alunos em participar de diversas atividades extra-curriculares como: Teatro, projeto multicamp artes, esporte é arte etc. Assim, os alunos veem inúmeras possibilidades de sonhar e mudar sua realidade sentindo-se incluídos também em sociedade.

Conclui-se desse modo, com base no estudo em questão que é possível sim a prática da inclusão. Mas, antes de mais nada, primeiro é preciso o comprometimento de todos, em executar uma política de inclusão conhecendo suas diretrizes e bases e depois, envolvendo a todos os possíveis colaboradores para que a mesma possa acontecer. Assim, homens e mulheres poderão ter acesso a uma educação inclusiva e considerando as especificidades de sua realidade local e desenvolvimento pessoal. Porém, é preciso ratificar que ainda é necessário sim, se investir mais em políticas públicas de educação para alunos com deficiência, que seja adequado as especificidades de cada um considerando aspectos sociais e econômicos pautados num ideal de inclusão humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA Cleonice; e colobaradores. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. Psicol. Reflex. Crit. V. 13 n. 1 Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/4b8ymvyGp8R4MykcVtD49Nq/abstract/?lang=pt>
Acesso em 17/02/2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.
Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de jul. de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 fev. 2024.

CRESWELL. W. John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 126 páginas.

GIL, C. Antônio, 1946-. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002. Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8. 1 ...

JUSBRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longa da Vida. Gabinete do Presidente da República, Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 1º de outubro de 2020. Disponível em:
<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/936694859/decreto-10502-20>> Acesso em: 18 Fev. 2024.

MELLO, Ana Maria S. Ros. Autismo: guia prático. 2ª ed. São Paulo, Corde, 2001.

MENEZES, E. T. de. Verbetes Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira -EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 18 Fev. 2024.